

**Novo documento do
International Council of Christians and Jews – ICCJ**

**Os Doze Pontos de Berlim
e
A História da Transformação
de um Relacionamento**



Novo documento do
International Council of Christians and Jews – ICCJ

**Os Doze Pontos de Berlim
e
A História da Transformação
de um Relacionamento**

Ir. Gisa Fonseca nds
(Organizadora)



2011

© CFCJ – Conselho de Fraternidade Cristão-Judaica – 2011
Avenida Higienópolis, 983
01238-001 São Paulo/SP

Editoração: Oikos Editora

Revisão: Marília Levi Freidenson, Ir. Maria Jilvaneide dos
Santos nds e Carlos A. Dreher

Capa: Juliana Nascimento

Arte-finalização: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Evangraf

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
Caixa Postal 1081
93121-970 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848 / Fax: 3568.7965
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

D755 Os Doze Pontos de Berlim. A História da Trans-
formação de um Relacionamento.
Organizado por Ir. Gisa Fonseca nds.
São Leopoldo: Oikos, 2011.
64 p.; 14 x 21 cm.
ISBN 978-85-7843-165-5
1. Religião. 2. Judaísmo. 3. Cristianismo. 4.
História das relações – Judaísmo – Cristianismo.
I. Fonseca, Gisa.

CDU 2

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184



Agradecimentos

Primeiramente e de modo especial, ao Senhor nosso Deus ao qual rendemos todo o louvor, toda a honra e toda a glória pelos frutos do diálogo cristão judaico e inter-religioso ao longo destas décadas!



Ao International Council of Christians and Jews, ICCJ, pela elaboração do presente documento.

Aos tradutores Tommaso Besozzi e Ir. Irene Affonso Borges nds, e ao apoio financeiro da Congregação das Religiosas de Nossa Senhora de Sion e da Associação Beneficente Cultural B'nai B'rith.

Às Ir. Gisa Fonseca nds, Marília Levi Freidenson e Revda. Margarida Ribeiro, co-presidentes do Conselho de Fraternidade Cristão-Judaica, junto com Janina Schlesinger e Ir. Maria Jilvaneide dos Santos nds, pela revisão da tradução.

Ao Colégio Nossa Senhora de Sion de São Paulo, por tornar possível esta publicação, e também ao Sr. Erny Mugge da Editora Oikos por sua atenção e gentileza.

Ao leitor e à leitora por compartilharem dos mesmos ideais aqui expressos. Por colaborarem na promoção do diálogo e da reconciliação entre os povos em prol da justiça e da paz universais.





Sumário

Apresentação	9
I - Construindo a nova relação entre judeus e cristãos	11
Tempo de renovar o compromisso: Os Doze Pontos de Berlim	14
Apelo aos cristãos e às comunidades cristãs	14
Apelo aos judeus e às comunidades judaicas	19
Apelo às comunidades judaicas, cristãs e outras	21
II - A História da Transformação de um Relacionamento	25
As vidas entrelaçadas de judeus e cristãos ao longo dos séculos	28
1 Uma relação ambivalente	28
2 O século antes de Seelisberg	33
3 A Conferência de Seelisberg e os primórdios de ICCJ	38
Seis décadas de crescimento	42
1 Acontecimentos nos estudos bíblicos	42
2 O impacto da <i>Shoah</i>	47



3 Mudanças nas instituições e em seus ensinamentos .	49
4 Lições aprendidas em décadas de diálogo	52
5 O diálogo cristão-judaico e o Estado de Israel	55
O caminho pela frente	61
1 O mundo em mutação do século XXI	61
2 O ICCJ e o futuro	63



Apresentação

O presente documento do **International Council of Christians and Jews, ICCJ**, foi aprovado e assinado por ocasião da Conferência Internacional e Assembleia Geral deste Conselho e suas organizações-membro, em julho de 2009, em Berlim, Alemanha.

A primeira parte do documento – **Os Doze Pontos de Berlim** – traz orientações práticas para cristãos, para judeus e para as duas comunidades em conjunto, envolvidas e comprometidas com o diálogo entre o Judaísmo e o Cristianismo.

A segunda parte do documento – **A História da Transformação de um Relacionamento** – trata da história das relações entre o Judaísmo e o Cristianismo, uma relação única no mundo das religiões. Ambos, cristãos e judeus, têm em comum os textos da Bíblia de Israel. Mas, através dos séculos, este relacionamento foi muitas vezes difícil e injusto.

Entretanto, nos dias de hoje, estas relações têm procurado trilhar o caminho do diálogo, da compreensão e do respeito.



Apresentação

O Conselho de Fraternidade Cristão-Judaica de São Paulo, como grupo que procura viver, aprofundar e partilhar este ideal com todas as pessoas de boa vontade, oferece o presente subsídio para todos que desejam trilhar este caminho.

São Paulo, fevereiro de 2011
Conselho de Fraternidade Cristão-Judaica – CFCJ



— I —

Construindo a nova relação entre judeus e cristãos

No verão de 1947, 65 judeus e cristãos de 19 países reuniram-se em Seelisberg, na Suíça, para expressar sua profunda consternação pelo Holocausto (*Shoah*), sua determinação de lutar contra o antissemitismo e seu desejo de fortalecer o relacionamento entre judeus e cristãos. Denunciaram o antissemitismo como sendo um pecado contra Deus e a humanidade e um perigo para a civilização moderna. Para compartilhar estas graves inquietações, redigiram um apelo com Dez Pontos solicitando às igrejas cristãs que modificassem e renovassem seus conceitos sobre o Judaísmo e o relacionamento entre Cristianismo e Judaísmo.

Hoje, passados mais de sessenta anos, comemorando o aniversário da Conferência de Seelisberg que inspirou a sua fundação, o Conselho Internacional de Cristãos e Judeus (*International Council of Christians and Jews*) divulga um novo apelo, desta vez para as comunidades cristãs e judaicas do mundo inteiro. Este novo documento reflete a necessidade de atualizar os Dez Pontos de Seelisberg levando em con-

ta os avanços do diálogo inter-religioso que vêm ocorrendo desde o apelo inaugural de 1947.

O novo documento contém Doze Pontos – apresentados como metas – dirigidos aos cristãos, aos judeus e às duas comunidades conjuntamente. Ao relacionar os Doze Pontos e as tarefas específicas para cada um deles, o documento reconsidera a história da relação entre cristãos e judeus que forneceu o contexto e o impulso para a nossa iniciativa.

Nós do Conselho Internacional de Cristãos e Judeus, membros ativos em nossas respectivas tradições, nos manifestamos conjuntamente neste novo apelo.

Somos herdeiros de uma história secular de alienação, hostilidade e conflitos, marcada por períodos de perseguição e violência contra os judeus numa Europa dominada pelos cristãos, mas também por períodos de cortesia e reconhecimento mútuos nos quais podemos nos inspirar.

Encorajados pela iniciativa de Seelisberg, trabalhamos para superar a herança de preconceitos, de ódio e desconfiança mútuas. Através de um comprometimento sério com o diálogo, do exame autocrítico de nossos textos e nossas tradições e de estudos e ações conjuntas em favor da justiça, chegamos a uma compreensão melhor uns dos outros, a uma aceitação recíproca com respeito total às nossas diferenças, afirmando integralmente nossa condição humana.

Compreendemos que as relações entre judeus e cristãos não são um “problema” a resolver, mas, antes, um pro-

cesso contínuo de aprendizado e aprimoramento. Talvez o mais importante foi termos encontrado amizade e confiança. Juntos, buscamos e encontramos a luz.

O percurso não foi simples nem fácil. Enfrentamos muitos obstáculos e reveses, inclusive conflitos – alguns muito sérios – sobre assuntos teológicos ou históricos. No entanto, nossa determinação de prosseguir com o diálogo, apesar das dificuldades de nos comunicar honestamente e de confiar na boa vontade dos nossos parceiros, ajudou-nos a manter o rumo. Por todas estas razões, acreditamos que a história, os desafios e as realizações do nosso diálogo sejam relevantes para todos aqueles que enfrentam conflitos entre grupos e entre religiões.

É neste espírito que dirigimos este apelo às comunidades cristãs e judaicas de todo o mundo.

Tempo de renovar o compromisso: Os Doze Pontos de Berlim

Um apelo a todas as comunidades cristãs e judaicas do mundo

Nós, do Conselho Internacional de Cristãos e Judeus e nossas organizações associadas, decidimos renovar nosso compromisso com os Dez Pontos de Seelisberg, marco inicial de nossa trajetória. Portanto, dirigimos este apelo aos cristãos, aos judeus e a todas as pessoas de boa vontade.

Apelo aos cristãos e às comunidades cristãs

Convidamos todos os cristãos e todas as comunidades cristãs a unirem-se a nós no esforço contínuo para erradicar todos os vestígios de desprezo para com os judeus e estreitar os laços com as comunidades judaicas no mundo. Comprometemo-nos a buscar os seguintes objetivos:

1. Combater o antissemitismo de cunho religioso, racial ou de qualquer outra natureza

Em relação à Bíblia

- Reconhecer a identidade profunda de Jesus como um judeu de seu tempo e interpretar seus ensinamentos no contexto do Judaísmo do primeiro século.

- Reconhecer a identidade profunda de Paulo como judeu do seu tempo e interpretar seus ensinamentos no contexto do Judaísmo do primeiro século.
- Enfatizar que as pesquisas acadêmicas recentes sobre os aspectos em comum e a separação gradual entre o Cristianismo e o Judaísmo são essenciais para a compreensão da relação entre judeus e cristãos.
- Apresentar os dois testamentos na Bíblia cristã como complementares ao invés de antagônicos ou inferiores/superiores. Encorajar as igrejas que utilizam lecionários a escolherem textos bíblicos que apresentem este tipo de teologia afirmativa.
- Manifestar-se contra as interpretações cristãs equivocadas de textos bíblicos sobre os judeus e o Judaísmo que possam dar ensejo a caricaturas ou hostilidades.

Em relação à liturgia

- Enfatizar a ligação entre a liturgia judaica e a cristã.
- Buscar as riquezas espirituais da interpretação judaica das Escrituras.
- Eliminar das liturgias cristãs todas as alusões anti-judaicas, principalmente na pregação, nas orações e nos hinos.

Em relação à catequese

- Na formação dos cristãos de qualquer idade, apresentar de maneira positiva as relações entre judeus e cris-

tãos, valorizando os fundamentos judaicos da Fé cristã e descrevendo corretamente o modo como os próprios judeus compreendem suas tradições e práticas; isto inclui os currículos das escolas cristãs, seminários e programas de educação para adultos.

- Conscientizar os cristãos sobre as tradições persistentes de antijudaísmo cristão e propor modelos para a renovação da relação singular existente entre Judaísmo e Cristianismo.
- Ressaltar a imensa riqueza religiosa encontrada na tradição judaica, especialmente através do estudo de seus textos sagrados.

2. Promover o diálogo inter-religioso com os judeus

- Compreender que o diálogo requer confiança e igualdade entre todos os participantes e rejeitar qualquer tentativa de convencer os outros a aceitarem as nossas próprias crenças.
- Reconhecer que o diálogo estimula os participantes a fazerem um exame crítico da percepção que cada um tem da sua própria tradição e também da tradição de seus parceiros, à luz de um relacionamento sincero com o outro.

3. Desenvolver a compreensão teológica do Judaísmo afirmando a sua característica peculiar

- Eliminar qualquer ensinamento que sustente que os cristãos substituíram os judeus como povo da Aliança com Deus.
- Enfatizar a missão comum de judeus e cristãos na preparação do mundo para o Reino de Deus ou o Tempo Messiânico.
- Estabelecer relações de igualdade e reciprocidade no trabalho com organizações judaicas, tanto religiosas como leigas.
- Assegurar-se que movimentos teológicos emergentes originários da Ásia, África ou América Latina, bem como movimentos feministas, de libertação ou qualquer outro, incluam em suas formulações teológicas a compreensão correta do Judaísmo e das relações entre cristãos e judeus.
- Opor-se a todo esforço organizado para converter os judeus.

4. Orar pela paz em Jerusalém

- Promover a convicção de que há um parentesco espiritual real entre judeus e cristãos.
- Compreender plenamente o apego profundo do Judaísmo à Terra de Israel como um dado fundamental, e a ligação de muitos judeus com o Estado de

Israel como questão de sobrevivência tanto física como cultural.

- Refletir sobre a visão espiritual da Bíblia acerca da terra e como ela pode ser melhor incorporada na perspectiva da Fé cristã.
- Avaliar criticamente as políticas de instituições governamentais e sociais israelenses e palestinas quando isto for moralmente justificado, e reconhecer o apego das duas comunidades a esta terra.
- Criticar os ataques ao Sionismo quando estes se tornam expressão de antissemitismo.
- Unir-se aos construtores da paz, judeus, cristãos, muçulmanos, israelenses e palestinos, para restaurar a confiança e a paz em um Oriente Médio onde todos possam viver em segurança dentro de Estados independentes e viáveis, baseados no respeito ao direito internacional e com os direitos humanos assegurados.
- Preservar a manutenção da segurança e prosperidade das comunidades cristãs em Israel e na Palestina.
- Empenhar-se para melhorar as relações entre judeus, cristãos e muçulmanos no Oriente Médio e no resto do mundo.

Apelo aos judeus e às comunidades judaicas

Convidamos todos os judeus e todas as comunidades judaicas a unirem-se a nós no esforço contínuo para erradicar todos os vestígios de animosidade e de caricaturas contra os cristãos e estreitar os laços com as Igrejas Cristãs no mundo. Comprometemo-nos a buscar os seguintes objetivos:

5. Reconhecer os esforços realizados por numerosas comunidades cristãs no final do século XX para mudar a sua atitude em relação aos judeus

- Tomar conhecimento destas mudanças através de um diálogo mais intenso com os cristãos.
- Levar em conta as implicações das mudanças realizadas nas igrejas cristãs em relação aos judeus e à compreensão do Judaísmo.
- Informar os judeus de todas as idades sobre estas mudanças, no contexto da história das relações entre judeus e cristãos, e de acordo com o nível educacional de cada grupo.
- Incluir informações básicas e corretas sobre o Cristianismo nos currículos das escolas judaicas, seminários rabínicos e programas de educação para adultos.
- Estudar o Novo Testamento como um texto sagrado para o Cristianismo e também como um texto literário escrito em grande parte por judeus num contexto

histórico-cultural análogo ao da primeira literatura rabínica, de modo a proporcionar um olhar privilegiado sobre o desenvolvimento do Judaísmo nos primeiros séculos da Era Comum.

6. Reexaminar os textos e as liturgias judaicas à luz destas reformas cristãs

- Lidar com textos judaicos que aparentam ser xenóforos ou racistas, percebendo que muitas tradições religiosas produziram textos inspirados, mas também textos problemáticos. Em todas as tradições religiosas, a ênfase deve ser dada aos textos que promovem a tolerância e a abertura.
- Colocar os textos problemáticos em seu contexto histórico, principalmente os que foram escritos quando os judeus eram uma minoria sem poder, perseguida e humilhada.
- Propor reinterpretações possíveis, mudanças ou omissões de partes da liturgia judaica, caracterizadas por um tratamento problemático dos outros.

7. Diferenciar entre a crítica imparcial a Israel e o antissemitismo

- Apoiar-se em exemplos bíblicos de críticas justas como expressão de lealdade e amor.

- Ajudar os cristãos a compreender que, além da fé e das práticas religiosas, a identidade comunitária e a consciência de formar um povo fazem parte da auto-compreensão judaica, fazendo com que a sobrevivência e a segurança do Estado de Israel tenham uma importância muito grande para a maior parte dos judeus.

8. Expressar apoio ao Estado de Israel em seus esforços para alcançar os ideais firmados na sua fundação, que Israel compartilha com muitas nações do mundo

- Continuar a assegurar a igualdade de direitos para todas as minorias religiosas e étnicas, incluindo os cristãos que vivem no Estado de Israel.
- Chegar a uma resolução justa e pacífica do conflito entre Israel e palestinos.

Apelo às comunidades judaicas, cristãs e outras

Convidamos judeus, cristãos e muçulmanos, juntamente com todas as pessoas de fé e boa vontade, a sempre respeitarem os outros, aceitando as diferenças e a dignidade de cada um. Comprometemo-nos a buscar os seguintes objetivos:

9. Melhorar a educação inter-religiosa e intercultural

- Combater toda imagem negativa dos outros e ensinar a verdade primordial de que cada ser humano é criado à imagem de Deus.
- Dar prioridade à eliminação de preconceitos em relação aos outros no processo educativo.
- Encorajar o estudo mútuo de textos religiosos, para que judeus, cristãos, muçulmanos e membros de qualquer grupo religioso possam aprender dos outros e com os outros.
- Apoiar ações sociais conjuntas em busca de valores comuns.

10. Promover a amizade e cooperação entre as religiões, bem como a justiça social na sociedade globalizada

- Alegrar-se com a singularidade de cada pessoa e promover o bem-estar político, econômico e social de todos.
- Reconhecer como cidadãos iguais os membros de tradições de fé que, tendo emigrado para novas pátrias, passam a fazer parte de uma minoria religiosa.
- Empenhar-se para garantir igualdade de direitos a todos, independente da religião, gênero ou opção sexual.
- Reconhecer e enfrentar o fato de que sentimentos de superioridade religiosa – acompanhados pela sensa-

ção de que as outras religiões são inferiores – estão presentes em todas as tradições, inclusive na própria.

11. Intensificar o diálogo com entidades políticas e econômicas

- Colaborar, sempre que possível, com entidades políticas e econômicas para promover a compreensão inter-religiosa.
- Beneficiar-se do crescente interesse pelas relações inter-religiosas demonstrado por grupos políticos e econômicos.
- Iniciar discussões com entidades políticas e econômicas acerca da necessidade urgente de justiça na sociedade globalizada.

12. Criar uma rede de contatos com todos que trabalham em prol da preservação do meio ambiente

- Desenvolver a certeza de que todo ser humano é responsável pela preservação do planeta.
- Reconhecer o dever bíblico compartilhado por judeus e cristãos em relação à criação, e a responsabilidade de ressaltá-lo nos discursos e nas ações públicas.



I – Construindo a nova relação entre judeus e cristãos

Nós, do Conselho Internacional de Cristãos e Judeus e suas organizações-membro, comprometemo-nos com todos estes desafios e todas estas responsabilidades.

Berlim, Alemanha, julho de 2009

Assinado por ocasião da Conferência Internacional e Assembleia Geral Anual do International Council of Christians and Jews.

— II —

A História da Transformação de um Relacionamento

Introdução

Há pouco mais de quarenta anos, a humanidade avistou a Terra a partir da lua e assim ganhou uma nova perspectiva sobre a beleza e a fragilidade do nosso planeta. Apesar de todas as nossas diferenças, aquelas fotos tomadas da vastidão do espaço nos mostraram a nossa casa comum. Questões sobre a maneira como cuidamos uns dos outros e do nosso planeta adquiriram uma nova urgência.

Para muitos judeus e cristãos, essa visão do planeta Terra lembra o clamor do Salmista: “Que é o homem, para dele te lembrares?” (Salmo 8:5). Tanto a antiga poesia dos Salmos como a tecnologia que nos levou à lua nos convidam mais uma vez a interromper nossos afazeres para refletirmos sobre a nossa vocação humana.

A reflexão nos compele a reconhecer as cicatrizes do nosso planeta, que incluem as consequências das guerras, das desigualdades de renda e acesso às necessidades da vida,

e o esgotamento dos recursos planetários. Temos consciência de que a violência rasga o tecido da humanidade e intensifica o medo.

Reconhecemos que a religião esteve comprometida com essa violência. Em diversas épocas históricas, homens e mulheres têm usado a religião para motivar e justificar o aviltamento e a perseguição de pessoas de outras crenças. A violência em nome da religião tem causado derramamentos de sangue e a perversão da própria religião. Toda vez que a religião se torna cúmplice da violência, é preciso questioná-la.

Quando as religiões promovem o serviço aos outros e o respeito aos que são diferentes, elas são poderosas forças do bem. Inspiram o cuidado pelo outro e a caridade amorosa. Desafiam-nos a aspirar por um tempo em que as pessoas “quebrarão as suas espadas, transformando-as em arados. [...] Uma nação não levantará a espada contra a outra, nem se aprenderá mais a fazer guerra” (Isaías 2:4).

A mudança na relação entre cristãos e judeus é a transformação de uma espada em arado. A história destes dois povos foi marcada, em grande parte, por rivalidade e conflito. Séculos de menosprezo cristão pelo Judaísmo e de abuso de poder alimentaram o antissemitismo e criaram um terreno fértil para a agressão genocida contra os judeus. Confrontados pelo horror dessa escuridão, judeus e cristãos buscaram o diálogo uns com os outros, procurando a luz da compreensão mútua e da amizade.

Este diálogo continua o trabalho ininterrupto iniciado na localidade suíça de Seelisberg em 1947. Naquela ocasião, um grupo multinacional de 65 judeus e cristãos dirigiu às igrejas cristãs um apelo à reflexão e à renovação a respeito da compreensão que tinham do Judaísmo e de suas relações com os judeus. Esse apelo passou a ser conhecido como os Dez Pontos de Seelisberg.

Nós, membros do *International Council of Christians and Jews*, reunimo-nos mais de seis décadas após a conferência de Seelisberg, impregnados do espírito daquele trabalho. Temos consciência de que o genocídio continua a afligir a humanidade, e o ódio ao outro continua a alimentar a violência. Contudo, o caminho de reconciliação trilhado por cristãos e judeus nos anos depois de Seelisberg mostra que é possível transformar a inimizade e a hostilidade. Esta declaração foi redigida de forma colaborativa por judeus e cristãos e é dirigida às comunidades judaicas e cristãs e a todas as pessoas de boa vontade. Nasceu da nossa convicção de que, quando as pessoas religiosas se comprometem com o trabalho de reconciliação, o nosso planeta torna-se mais pacífico. A declaração surge dessa constatação e dessa esperança.

As vidas entrelaçadas de judeus e cristãos ao longo dos séculos

1. Uma relação ambivalente

A relação entre o Cristianismo e o Judaísmo é única entre as religiões mundiais. Tanto judeus como cristãos consideram que os textos do Israel bíblico são Escrituras Sagradas, mesmo que as organizem e interpretem de maneiras diferentes. Cristãos e judeus compartilham muitos princípios religiosos e éticos, embora alguns termos comuns sejam compreendidos de maneiras diferentes. Tanto cristãos como judeus anteveem um destino similar para o mundo em uma Era messiânica, embora concebam a chegada dessa Era de modos distintos. Cristãos e judeus têm se ocupado uns dos outros, pelo bem e pelo mal, durante muitos séculos, por vezes influenciando mutuamente suas ideias e práticas religiosas ao longo desse caminho. Todas essas forças produziram uma relação ambivalente que tem moldado as suas interações.

As duas tradições são também ligadas entre si porque Jesus nasceu, viveu e morreu judeu. Os primeiros cristãos eram judeus, e passaram-se séculos – e não décadas – após a morte de Jesus até que o Cristianismo e o Judaísmo se separassem em um processo que se desenvolveu de formas distintas em diferentes lugares. A destruição de Jerusalém e de seu Templo por parte dos romanos no ano 70 e as per-

seguições contra os cristãos foram fatores que motivaram os autores dos Evangelhos a minimizarem o papel do governador romano na execução de Jesus. Eles também tentaram explicar por que muitos judeus discordavam de algumas afirmações cristãs quanto a Jesus, o que frequentemente degenerava em injúrias. Os cristãos chegaram a considerar os judeus como o povo de uma aliança ultrapassada, substituído pelo povo da igreja cristã, agora povo da Nova Aliança. Os autores cristãos passaram a considerar cada vez mais a igreja cristã como o novo e verdadeiro Israel (*verus Israel*). Esta teologia da substituição é também denominada “supersessionismo”. Apesar disso, durante séculos, muitos cristãos sem origem judaica continuaram a ser atraídos pelas sinagogas e nelas eram bem-vindos, inclusive por ocasião de *Pessach*.

Líderes cristãos, como João Crisóstomo (c. 350-407), deploraram a atração da sinagoga e pronunciaram sermões cheios de veneno contra os judeus e o Judaísmo, contribuindo para um gênero literário denominado *adversos Judaeos*. Eles sustentavam que os judeus não compreendiam o Antigo Testamento e que o Judaísmo dos rabinos estava fundamentado no erro. Agostinho de Hipona (354-430) caracterizou os judeus como filhos de Caim, dispersos e aviltados por punição divina. Segundo ele, os judeus não deviam sofrer abusos porque serviam como testemunhas da verdade cristã. Basicamente esta abordagem teológica teve grande influência nos mil anos sucessivos.

Depois de o Cristianismo ter se tornado a religião oficial do Império Romano no fim do quarto século, a situação dos judeus ficou mais difícil. Códigos de leis romanas, como o Código de Justiniano, começaram a limitar os direitos jurídicos dos judeus. Essas limitações ocorreram gradativamente ao longo dos quatro séculos seguintes, ao mesmo tempo em que a Roma cristianizada dedicava esforços consideráveis para derrotar os pagãos e aqueles que eram considerados heréticos pelos cristãos.

No sexto século, o Judaísmo e o Cristianismo tinham se separado por completo, e as formas judaicas do Cristianismo deixaram de existir. Contudo, ao longo dos séculos, cristãos e judeus permaneceram entrelaçados na veneração das mesmas Escrituras. O que os cristãos chamam de Antigo Testamento e os Judeus de *Tanach* é substancialmente a mesma coisa, embora os conteúdos, a estrutura e os métodos de interpretação possam divergir. Daí a expressão “Judeus e cristãos são divididos por uma Bíblia comum”. Judeus e cristãos são divididos também por outras convicções teológicas, especialmente a afirmação cristã quanto à divindade de Jesus.

Por ser um grupo minoritário tanto no mundo islâmico como na Cristandade, os judeus ponderaram possíveis explicações que dessem conta do florescimento dessas duas tradições. Uma opinião considerava o Cristianismo uma forma de idolatria. Outra classificava o Cristianismo de acordo com as Leis de Noé, que definiam padrões morais para os não-

judéus sem requerer sua conversão ao Judaísmo. Uma terceira opinião, difundida por Yehuda Halevi (1075-1141) e Maimônides (1135-1204), afirmava que o Cristianismo abria o caminho das nações para a veneração do Deus de Israel e assim as preparava para a redenção. O argumento positivo de Menachem HaMeiri era que o Cristianismo devia ser compreendido como uma forma de monoteísmo. Ele criou a frase “nações ligadas pelos modos de religião” para interpretar determinadas leis rabínicas e permitir uma interação mais eficaz entre judeus e cristãos.

O período medieval mais tardio, aproximadamente a partir do ano 1000, caracterizou-se pela frequência das expulsões e das atividades antijudaicas na Europa Ocidental, levando ao declínio social e à devastação as comunidades judaicas que ali viviam. À medida que a Cristandade ocidental se tornava mais homogênea, os judeus eram vistos como um dos últimos grupos “diferentes”. Principalmente durante a Primeira Cruzada (1096), a violência de multidões inspiradas pela pregação cristã aniquilou centenas de comunidades judaicas. Com o passar do tempo, apesar dos esforços de vários papas contra essas denúncias caluniosas, os judeus foram acusados do homicídio ritual de crianças cristãs, da profanação do pão sacramental consagrado dos cristãos e de terem causado a Peste Negra. Eles foram considerados como “filhos do demônio”. As consequências habituais dessas acusações eram expulsões e execuções em massa. Por ordem do Papa Gregório IX e com a colaboração da

Inquisição, milhares de livros judaicos foram queimados (Paris, 1242). Os líderes cristãos pregaram sermões de conversão, aos quais os judeus eram obrigados a assistir, e realizaram debates públicos forçados (como as discussões em Paris em 1240 e em Barcelona em 1263). O Quarto Concílio de Latrão (1215) exigiu que os judeus usassem um sinal de identificação. À altura do século XVI, os judeus haviam sido expulsos da maior parte da Europa Ocidental, com a notável exceção de Roma. A partir de 1555, os judeus de algumas cidades, dentre as quais Roma, Veneza e Praga, foram confinados em guetos. As viagens eram severamente limitadas, e os judeus eram frequentemente trancados em seus guetos à noite.

Havia exceções a essa hostilidade. A *Convivencia* descreve a coexistência relativamente harmoniosa entre judeus, cristãos e muçulmanos na Espanha e Portugal do século XIII. No norte europeu, judeus e cristãos geralmente conviviam pacífica e produtivamente. Uma visão inteiramente negativa da vida dos judeus na Europa cristã deste período desconsideraria a persistência e a difusão dos assentamentos judeus europeus.

A Reforma do século XVI trouxe atitudes cristãs mais positivas para com os judeus. A tradição humanista enfatizou as qualidades duradouras do ensino religioso judaico. Embora as guerras de religião entre católicos e protestantes tenham também desencadeado violências contra os judeus, em parte inspiradas no tratado de Lutero *Sobre os Judeus e*

suas mentiras (1543), existiram também pequenos movimentos cristãos de Reforma com tendência filosemita. As igrejas anabatistas e calvinistas, por exemplo, viam com bons olhos a adesão dos judeus aos ensinamentos do Antigo Testamento, ainda que considerassem que os judeus não os compreendessem completamente.

Este interesse cristão pelo Antigo Testamento ajudou a promover a tolerância aos judeus nos Países Baixos e sucessivamente em algumas colônias americanas. Por ocasião da Revolução Americana, a proliferação de grupos religiosos, o anseio crescente pela separação entre igreja e estado e a ênfase iluminista sobre os direitos individuais ajudaram a instaurar um clima mais acolhedor para os judeus. Embora a teologia do supersessionismo tenha sido trazida para o Novo Mundo por colonos e missionários cristãos, seu impacto social foi amenizado em regiões que valorizavam os direitos humanos fundamentais.

Outro fato notável do século XVI foi o surgimento de um pequeno movimento protestante inglês que pregava a reintegração dos judeus à Terra de Israel como elemento essencial da segunda vinda de Cristo. Essa ideia difundiu-se na Europa continental e, no século XVIII, na América do Norte.

2. O século antes de Seelisberg

No século XIX, parte do discurso entre judeus e cristãos tornou-se mais positivo. Os judeus da Europa Central e

Ocidental puderam sair de seus guetos e começaram a integrar-se na sociedade europeia dominante. Contudo, o desejo por assimilação fez com que alguns judeus escondessem ou abandonassem suas raízes. Alguns cristãos, impulsionados por intenções missionárias, começaram a interessar-se mais pelo povo judeu e por suas crenças e práticas. A tentativa de resgatar o Jesus histórico despertou em alguns estudiosos o interesse pelo Judaísmo do primeiro século, embora tendessem a enfatizar as diferenças entre Jesus e seus contemporâneos supostamente corruptos. Neste período, cristãos e judeus tinham motivos distintos para buscar o diálogo. Os judeus queriam melhorar sua situação na sociedade e preocupavam-se com os direitos civis. Os líderes cristãos queriam conseguir conversos ou facilitar a assimilação do Judaísmo no Cristianismo.

O antissemitismo, cada vez mais compreendido de acordo com categorias racistas, tornou-se progressivamente mais aceito como uma circunstância da vida na sociedade europeia. Causou escândalo a condenação apressada de um insigne oficial judeu do exército francês, Albert Dreyfus, incriminado em um processo de espionagem, com base em provas altamente suspeitas. Perseguições encorajadas pelo estado, os *pogroms* na Rússia e na Europa Oriental estimularam a emigração em massa para a Europa Ocidental e os Estados Unidos. Esses acontecimentos começavam a sombreadar o Judaísmo europeu. Além disso, alguns políticos começaram a utilizar-se de alegações pseudocientíficas que os

beneficiavam sobre a superioridade racial dos arianos e a inferioridade dos judeus.

Contudo, no fim do século XIX e no começo do século XX, alguns estudiosos judeus e cristãos começaram a interessar-se seriamente uns pela religião dos outros. Seus escritos marcaram o surgimento de mais um momento de atitudes positivas entre membros das duas tradições de fé.

Abraham Geiger (1810-74), um rabino reformista alemão de primeiro nível, foi um dos primeiros estudiosos judeus a colocar Jesus no contexto do Judaísmo do primeiro século. Herman Cohen (1842-1918), filósofo alemão e professor da Universidade de Marburg, começou a escrever extensas críticas ao Cristianismo. Franz Rosenzweig (1886-1929) propôs uma doutrina de dois pactos. Martin Buber (1875-1965) aceitou o Cristianismo como caminho para chegar a Deus, na esperança de que os cristãos fariam o mesmo em relação ao Judaísmo. Claude Montefiore (1858-1938), líder e estudioso liberal anglo-judeu, escreveu um estudo sobre os Evangelhos em que estes eram tratados com simpatia. Joseph Klausner (1874-1958) discutiu Jesus e Paulo no contexto do messianismo judaico.

Léon Bloy (1846-1917), Joseph Bonsirven (1880-1958), Herbert Danby (1889-1953), Robert Travers Herford (1860-1950), Charles Journet (1891-1975) e Jacques Maritain (1882-1973) estavam entre os primeiros estudiosos cristãos a abordar amplamente o estudo do Talmude, do Midrash e da Mishná ou a advogar abordagens teológicas positivas do Judaís-

mo rabínico, rejeitando as caricaturas dos fariseus. George Foot Moore (1851-1931) publicou uma obra em três volumes, *Judaism in the First Centuries of the Christian Era*. James Parkes, um religioso anglicano que trabalhou na Europa Central nos anos trinta, foi um dos primeiros cristãos a alertar sobre os perigos do nazismo. Em *The Conflict of Church and Synagogue: A Study of the Origins of Antisemitism*, ele culpou os séculos de ensinamentos antijudaicos dos cristãos pela existência do antissemitismo contemporâneo.

Os primeiros anos do século XX testemunharam também o início do diálogo acadêmico. Um Parlamento das Religiões Mundiais reuniu-se em Chicago em 1893. Desde sua fundação em 1904, a *London Society for the Study of Religions* (Sociedade Londrina para o Estudo das Religiões) possuía membros judeus, um dos quais era Claude Montefiore. E em 1927 foi fundada a *London Society of Jews and Christians* (Sociedade Londrina de Judeus e Cristãos). O Congresso Mundial das Religiões, com membros pertencentes a todas as religiões, foi criado em 1936.

Questões práticas também contribuíram para aproximar alguns judeus e cristãos. Na campanha presidencial dos EUA de 1924, Alfred E. Smith, um católico romano que pleiteou sem êxito a própria candidatura presidencial pelo Partido Democrata, foi vítima de abusos por parte do Ku Klux Klan, cujos membros eram também antissemitas. O slogan do Klan “A América para os Americanos” era uma ameaça para todas as minorias. Para se opor à sua influência, *O Fede-*

ral Council of Churches of Christ in America (Conselho Federal das Igrejas de Cristo na América) e a *B'nai B'rith* instituíram um Comitê de Boa Vontade entre judeus e cristãos. Quatro anos mais tarde, quando Smith conseguiu ser o candidato à presidência pelos Democratas, a Igreja Católica Romana uniu-se a protestantes e judeus para criar a *National Conference of Christians and Jews* (Conferência Nacional de Cristãos e Judeus), que se tornou conhecida por promover uma semana de fraternidade realizada anualmente dos anos quarenta aos anos oitenta.

Em meados dos anos trinta, refugiados provenientes da Alemanha nazista já estavam chegando em grande número na Grã-Bretanha, e as organizações judias tinham crescentes dificuldades para atendê-los. Em 1936, um recém-criado Comitê de Ajuda Mútua reuniu representantes de muitas entidades de assistência social judaicas e cristãs. Apesar dos muitos fracassos na tentativa de ajudar os refugiados, após o ataque generalizado contra um grande número de sinagogas e propriedades de judeus que ocorreu em 1938 na *Kristallnacht*, “a noite dos vidros quebrados”, um movimento pelos filhos dos refugiados foi criado para encontrar lares para crianças judias que tinham sido enviadas pelos pais à Inglaterra e à Escócia.

Com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, muitas pessoas não perceberam a ameaça que os nazistas representavam, e alguns líderes cristãos os apoiaram. Outros líderes cristãos começaram a denunciar o antissemitismo nazista, ao mesmo tempo que reconheciam a grande necessidade de

promover melhores relações entre cristãos e judeus. William Temple, o Arcebispo de Cantuária, convocou uma reunião em março de 1942 em que foi criado o *Council of Christians and Jews* (Conselho de Cristãos e Judeus). Enquanto que um dos objetivos dessa organização era a luta contra todas as formas de intolerância religiosa e racial, ganharam destaque a afirmação dos valores morais compartilhados por judeus e cristãos e o trabalho educativo direcionado principalmente aos jovens. William W. Simpson, sacerdote metodista que tinha participado do esforço de assistência aos refugiados, foi nomeado secretário da organização, cargo em que permaneceu até 1974.

3. A Conferência de Seelisberg e os primórdios do ICCJ

No fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo inteiro tomou consciência das dimensões da *Shoah*: a matança de dois terços dos judeus europeus e de um terço da comunidade judaica mundial. Judeus e cristãos começaram a examinar de que formas os ensinamentos cristãos tradicionais poderiam ter alimentado e até mesmo ampliado o genocídio industrial perpetrado pelo Terceiro Reich. Jules Isaac aprofundou a questão ao apontar, em *Jésus et Israël* (1948), a interação entre as atitudes antijudaicas da teologia cristã e o antissemitismo de cunho racial e biológico. O título do seu segundo estudo, *L'Enseignement du mépris* (1962), indicou o que precisava ser identificado e eliminado da teologia cristã: **o ensino do desprezo.**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, William Simpson e outros perceberam a necessidade de construir uma nova relação entre judeus e cristãos em nível internacional. Realizou-se uma conferência em Oxford em 1946. Dean Grüber, de Berlim, e Herman Mass, de Heidelberg, ambos pastores cristãos, obtiveram uma permissão especial para participarem do evento. O rabino Leo Baeck, líder da comunidade judaica alemã durante o Terceiro Reich e sobrevivente do campo de concentração de Theresienstadt, que tinha emigrado para Londres após o fim da guerra, foi um dos palestrantes. Os participantes da conferência decidiram que era urgente realizar uma reunião emergencial sobre o problema do antissemitismo na Europa. Ela aconteceu na aldeia suíça de Seelisberg em 1947.

Na história do diálogo judeu-cristão, a conferência de Seelisberg é mencionada principalmente por seus Dez Pontos, especificamente dirigidos às igrejas. Os quatro primeiros destacavam as raízes profundas e fundamentais do Cristianismo no Judaísmo. Os outros seis pontos deixavam claro que o Judaísmo não mais devia ser apresentado de forma negativa no ensino cristão. Este desafio estabeleceu um dos alicerces para a posterior pesquisa sobre as relações complexas entre as duas tradições religiosas.

Embora na época muitos cristãos considerassem os Dez Pontos como uma declaração corajosa, hoje está cada vez mais claro, tanto para os judeus como para os cristãos, que esse documento requer uma atualização e novas perspecti-

vas. Por exemplo, o documento de Seeliberg não aborda a importância da Teologia da Aliança. Não toca no pluralismo religioso ou no Estado de Israel, temas certamente relevantes que são abordados pelo diálogo inter-religioso atual. Os Dez Pontos dirigiam-se exclusivamente aos cristãos. Hoje, após seis décadas de diálogo amplo, seria adequado que um novo texto se dirigisse a cristãos e judeus. A introdução dos Dez Pontos também reflete a influência da terminologia da época nazista, com a frase “um problema judeu”, por exemplo, como se o antissemitismo não fosse, antes de mais nada, um “problema dos não-judeus”.

Os Dez Pontos de Seelisberg contribuíram de muitas maneiras para a melhoria das relações entre judeus e cristãos ao longo das últimas décadas, mas chegou a hora de aperfeiçoar a declaração refutando a teologia antijudaica e o antissemitismo contemporâneos e estimulando judeus e cristãos a enfrentar juntos necessidades humanas mais amplas.

Em 1947, a Conferência Emergencial sobre o Antissemitismo realizada em Seelisberg preconizou também a criação imediata de um Conselho Internacional de Cristãos e Judeus (*International Council of Christians and Jews – ICCJ*). No ano seguinte, na cidade suíça de Friburgo, adotou-se o estatuto da nova organização, abriu-se um escritório em Genebra e estabeleceu-se um endereço em Londres.

Esta fase inicial da existência do ICCJ foi de breve duração. A instituição-membro estado-unidense, a *National Conference of Christians and Jews*, concluiu, depois da reunião de

Friburgo, que um Conselho Internacional de Cristãos e Judeus teria uma agenda ao mesmo tempo muito estreita e muito religiosa para combater eficazmente o antissemitismo e outras formas de preconceito entre grupos e criou o projeto do *World Brotherhood* (Fraternidade Mundial). Enquanto isso, os grupos europeus de diálogo cristão-judaico continuaram a concentrar-se principalmente na melhoria das relações entre judeus e cristãos. O escritório do ICCJ em Genebra fechou, mas o endereço de Londres permaneceu.

Muitas declarações e muitos documentos importantes foram publicados nos anos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial. Na sua primeira assembleia em Amsterdã, em 1948, o Conselho Mundial de Igrejas declarou que o antissemitismo, “qualquer que seja sua origem, [era] ... absolutamente irreconciliável com a prática da fé cristã. ... O antissemitismo é um pecado contra Deus e contra o homem”. Embora a declaração fosse forte e exata, ainda faltava investigar as formas que os ensinamentos e as ações antijudaicas cristãs tinham informado e alimentado o antissemitismo, argumento este de especial interesse para o embrionário ICCJ.

Outro desafio surgiu em 1950 quando uma diretriz do Vaticano, acusando o ICCJ de “indiferentismo”, isto é, de considerar todas as religiões de igual valor, insistiu para que os católicos não cooperassem com o ICCJ. Esta limitação mudou completamente quando a Igreja Católica adotou uma atitude mais positiva para com as outras religiões durante o Concílio Vaticano II (1962-1965).

Apesar dessas dificuldades, um número crescente de grupos europeus de diálogo judeu-cristão cooperaram na formação de um “Comitê Informal de Ligação” em meados dos anos cinquenta e de um “Comitê Consultivo Internacional” em 1962, este último sob a supervisão de William Simpson. Depois da ICCJ ter aderido a esta organização consultiva, seu representante propôs em uma reunião, realizada na cidade suíça de Basileia em 1974, que o nome do comitê fosse mudado para *Internacional Council of Christians and Jews*. Assim, 26 anos após a primeira fundação na conferência de Friburgo de 1948, o ICCJ finalmente passou a ser plenamente constituído.

Seis décadas de crescimento

1. Acontecimentos nos estudos bíblicos

Os acadêmicos cristãos que se dedicaram ao estudo histórico-crítico do Antigo Testamento obtiveram grandes avanços durante o século XIX: os textos bíblicos foram examinados no contexto dos escritos da época, a pesquisa filológica floresceu, e houve um grande interesse na reconstituição da história do antigo Israel.

Contudo, alguns estudiosos influentes, como Julius Wellhausen (1844-1918) expressaram um ensinamento cristão de desprezo para com os judeus ao afirmarem que os trechos do Antigo Testamento podiam ser datados na medi-

da em que refletissem uma “espiritualidade autêntica”. Wellhausen e outros sustentavam que textos considerados por eles rígidos e com pouca abertura manifestavam um declínio da alta espiritualidade dos profetas hebreus rumo a um legalismo estéril que eles supunham ter prevalecido no âmbito do Judaísmo após o exílio de Babilônia. A mensagem tácita disso, tornada explícita por alguns acadêmicos cristãos posteriores, era de que o movimento de Jesus fora uma reforma religiosa de volta às fontes hebraicas autênticas interpretadas em seu sentido original antes que fossem distorcidas pelo Judaísmo legalista. Esta última caracterização ganhou a denominação técnica de *Spätjudentum* (“Judaísmo tardio”), uma maneira supostamente neutra – porém longe de sê-lo – para descrever a fé e a vida judaicas no tempo de Jesus.

Se, de acordo com essa interpretação, o Judaísmo pós-exílio ou do Segundo Templo pode ser descrito como um fracasso religioso marcado por uma espiritualidade sem alma e se o Judaísmo no tempo de Jesus pode ser descrito como “tardio”, então um Judaísmo espiritualmente legítimo teria deixado de existir, e o Judaísmo hoje não teria nenhuma razão de ser. Os estudos bíblicos pós Segunda Guerra Mundial têm questionado essas argumentações capciosas.

As descobertas de textos como a Biblioteca de Nag Hammadi e os Manuscritos do Mar Morto em Qumram serviram para lembrar aos estudiosos da Bíblia a diversidade considerável que existiu no Cristianismo e no Judaísmo nos primeiros séculos da Era Comum. Os estudiosos que se debruçaram no Jesus e no Paulo históricos também percebe-

ram que suas próprias agendas e métodos às vezes estavam fundamentados em pressuposições frágeis. Embora gerações anteriores de estudiosos tivessem retratado Jesus e Paulo em constante oposição com seus contemporâneos, hoje um número crescente deles encara o fato histórico de que os debates de Jesus e de Paulo com seus contemporâneos judeus refletem o forte enraizamento deles no Judaísmo, tradição em que se mantiveram identificados. O estudioso do Novo Testamento Lloyd Gaston argumentou que na pesquisa crítica qualquer abordagem que identifique Jesus com um judeu do primeiro século é preferível a retratá-lo como um cristão do século XX.

O exemplo mais óbvio desta reavaliação acadêmica diz respeito ao papel da Lei no Novo Testamento. Os estudiosos costumavam descrever a Lei como tendo sido “revogada”, “anulada” ou “substituída”. Os estudos contemporâneos tendem a evitar essas apresentações anacrônicas e antinômicas do Cristianismo primitivo. Jesus tende a ser retratado não como um mestre contestador da Lei e, sim, como alguém que fundamentou seus ensinamentos na Torah (o Pentateuco), nos *Neviim* (os Profetas) e nos *Ketuvim* (os Escritos). Textos como Mateus 5:17, “Não penseis que vim revogar a Lei ou os Profetas. Não vim revogá-los, mas dar-lhes pleno cumprimento”, adquiriram um peso maior nos estudos contemporâneos.

A pesquisa recente cada vez mais retrata o Paulo histórico como, em primeiro lugar, “apóstolo dos Gentios” (ver

Romanos 11:13; Gálatas 2:8). A missão de Paulo não era condenar a veneração dos judeus à Torah e, sim, convidar os não-judeus a entrarem em uma relação de aliança com o Deus de Israel. A força motivadora da teologia de Paulo é a **inclusão** e não a **exclusão**. Pode-se argumentar que a sua visão apostólica é expressa da forma mais clara em Romanos 15:8 e seguintes: “Cristo se fez ministro dos circuncisos para honrar a fidelidade de Deus no cumprimento das promessas feitas aos patriarcas, e a fim de que as nações possam glorificar a Deus por Sua misericórdia”.

Um das questões constantes que se impõem ao estudo bíblico é a “acusação de deicídio”, que considera os judeus, coletiva ou individualmente, culpados do assassinato de Deus (como sugerem, por exemplo, 1 Tessalonicenses 2:14-16; Mateus 27:25; João 19:13-16; Atos 3:14-15). Considerando que essa acusação tem servido, na história, para fomentar a antipatia dos cristãos para com os judeus, os textos do Novo Testamento que narram um “processo” que resultou na execução de Jesus são de suma importância. Muitos pesquisadores hesitam em usar a palavra “processo” para descrever esses trechos, porque há muitas dúvidas quanto à sua autenticidade histórica.

Existe um consenso substancial entre os estudiosos de que, nas palavras de Krister Stendahl, “[...] com o crescimento e a evolução da narrativa, a atribuição da culpa pela crucificação de Jesus foi passando de Pilatos para os sumos sacerdotes, desses para os fariseus e sucessivamente para ‘os judeus’”. A pesquisa histórica sobre a morte de Jesus aponta para fa-

tos frequentemente negligenciados, como a reputação de Pôncio Pilatos. Fílon de Alexandria menciona “os subornos, os insultos, os roubos, os ultrajes e as injúrias lascivas, as frequentes execuções sem processo, as crueldades incessantes e atrozes”. Além disso, a liderança do Templo era cooptada pelas autoridades romanas, e Caifás podia exercer o cargo de sumo sacerdote somente com o consentimento de Pilatos; os romanos aplicavam a crucifixão nos casos de crimes contra o Estado, e Jesus foi crucificado como pretendente a “rei dos judeus”; somente uma pequena fração do povo judeu teria até mesmo ouvido falar em Jesus no tempo da sua morte; e o que é mais importante, Jesus parece ter sido popular entre o povo comum (ver Lucas 20:19). Tanto Caifás como Pilatos tinham interesse em manter a paz durante a época de *Pessach*, e Jesus, que proclamava regularmente o advento de um “Reino de Deus”, era percebido como uma ameaça à ordem e à estabilidade.

Qualquer inclinação cristã no sentido de acusar o povo judeu pela morte de Jesus carece de aceitabilidade histórica. Trata-se também de um ponto de vista teologicamente sem sentido. Do ponto de vista cristão, todo mundo é culpado pela morte de Jesus. Nas palavras de S. Mark Heim, “a hora em que apontarmos o dedo para quaisquer ‘outros’ como assassinos de Jesus, teremos cometido o pecado que a própria particularidade da cruz devia superar”.

Tragicamente, a prática de interpretar os textos do Novo Testamento para provar que os judeus eram amaldiçoados por Deus e deviam ser menosprezados na sociedade cristã

tornou-se habitual na Cristandade europeia. Hoje ficou evidente que os cristãos têm uma responsabilidade especial para interpretarem com muito cuidado aqueles trechos do Novo Testamento que provocaram desconsideração e hostilidade para com o Judaísmo.

2. O impacto da *Shoah*

Qualquer consideração sobre o Holocausto deve incorporar a máxima de Elie Wiesel segundo a qual “esquecer as vítimas é, de fato, matá-las uma segunda vez”. Preservar a memória daqueles que morreram sob o nazismo deve permanecer uma obrigação primária tanto dos judeus como dos cristãos.

A *Shoah* abre as portas para uma forte reflexão sobre uma série de questões centrais que se põem como desafios para a sociedade global. Para pessoas de fé, a compreensão da maneira pela qual Deus se relaciona com o bem-estar da humanidade emerge como um tema central. Se Deus é visto como todo-poderoso e profundamente envolvido com a humanidade, a *Shoah* pode dar-nos a imagem de um Deus insensível, que não usou o poder divino para salvar aqueles com quem tinha uma relação de aliança. Por outro lado, a exclusão da influência de Deus na sociedade humana deixa um vazio facilmente preenchido por uma ideologia desastrosa. Assim, o desafio está em afinar a relação entre Deus e a comunidade humana de maneira a vê-los como parceiros na aliança, corresponsáveis pelo futuro de toda a criação.

A reflexão sobre a *Shoah* impulsiona o esforço para pôr os direitos humanos e a dignidade humana no centro da fé religiosa. A constatação de que foi preciso uma campanha nazista de homicídios em massa para viabilizar tratados internacionais em defesa dos direitos humanos e contra o genocídio não é nada menos que trágica. As comunidades de fé têm o dever de reconhecer que sua própria existência não pode ser nunca motivo para negligenciar ou subestimar a dignidade humana e os direitos dos outros.

A *Shoah* impõe às pessoas de todas as fés a responsabilidade de combater o fanatismo e a violência religiosa. O antissemitismo cristão clássico, mesmo não sendo a única causa do Holocausto, certamente contribuiu para que fosse implementado e enfraqueceu a oposição dos cristãos. Nenhuma tradição religiosa pode assumir uma liderança moral até que se tenha primeiro libertado de qualquer inclinação à violência, incluindo palavras e imagens degradantes e odiosas contra quem está fora da própria comunidade de crença. Isto representa um desafio especial para a educação e a pregação religiosas.

A *Shoah* reflete a importância de construir solidariedade para além das barreiras de raça, etnia e religião em tempos de paz social relativa. Se esses laços de solidariedade não existirem, quando surgirem crises sociais será difícil ou impossível construí-los em pouco tempo sob condições desfavoráveis.

O estudo dos que salvaram vidas durante a *Shoah* demonstra que a educação moral precisa ser implantada na criança desde cedo, especialmente no âmbito da família. O cuidado com o outro deve tornar-se uma resposta profundamente enraizada e natural.

3. Mudanças nas instituições e em seus ensinamentos

Nas seis décadas depois de Seelisberg, muitas igrejas cristãs fizeram declarações, com vários graus de autoridade, sobre os judeus, o Judaísmo e as relações entre cristãos e judeus. Essas declarações são o resultado de exames de consciência estimulados pela *Shoah* e de um número sem precedente de diálogos sérios entre judeus e cristãos. Algumas tratam de questões históricas, especialmente a *Shoah*, enquanto outras abordam temas bíblicos ou teológicos. As igrejas que possuem estruturas de autoridade centralizadas tenderam a produzir um número maior de documentos com a finalidade de alterar a educação e as práticas, enquanto igrejas organizadas em formas mais congregacionais redigiram principalmente textos para estudo e discussão. Em todos os casos, é um desafio interiorizar novas perspectivas e atitudes dentro de cada comunidade de fé.

Entre os católicos e as igrejas reformadas tradicionais do Ocidente, as ideias relacionadas a seguir foram expressas com frequência. Em geral, o Cristianismo oriental está apenas começando a lidar com todas as implicações das relações positivas com os judeus.

1. Os judeus permanecem em sua relação de aliança com Deus. A “nova aliança” das igrejas cristãs não extinguiu a vida da aliança de Israel com Deus, vivida através da Torah.

2. O menosprezo do Judaísmo e todas as formas de antissemitismo são pecados contra Deus.

3. Ao longo dos séculos, a pregação e o ensino cristãos têm alimentado o antissemitismo. Alguns textos do Novo Testamento têm sido frequentemente mal interpretados ou interpretados fora de contexto e utilizados para promover a hostilidade. Nenhuma maldição divina contra os judeus pode ser afirmada com base no Novo Testamento.

4. Existe uma relação contínua, expressão da vontade de Deus, entre o Judaísmo e o Cristianismo, relação única entre todas as religiões do mundo. O Judaísmo tem seu próprio desígnio no plano de Deus que vai além de ser preparação para o Cristianismo.

5. Jesus foi e sempre permaneceu um judeu, um filho de Israel. Não se opôs à Torah ou ao Judaísmo do seu tempo.

6. Os cristãos devem aprender a entender e afirmar a compreensão que os judeus têm de sua própria experiência religiosa. Isso inclui respeito pelo apego dos judeus a *Eretz Israel*: a Terra de Israel.

7. Os cristãos podem aprender mais sobre o Deus Uno e sobre a própria relação com Deus, assim como sobre o Cris-

tianismo, através das tradições do Judaísmo ao longo dos séculos e da fé viva dos judeus contemporâneos.

8. As Escrituras hebraicas (*Tanach*) possuem um valor espiritual como textos de revelação, independente de releituras cristãs sucessivas feitas através do prisma da fé em Cristo.

9. O entendimento cristão da relação entre o “Antigo Testamento” e o “Novo Testamento”, em termos de promessa e cumprimento, deve ser visto em um contexto ainda de espera do pleno cumprimento dos desígnios de Deus no Reino vindouro.

10. Judeus e cristãos têm, ambos, o dever, decorrente da Aliança, de se preparar para o Tempo Vindouro ou o Reino de Deus, buscando a justiça, a paz e a integridade de toda a criação.

Essas convicções representam verdadeiras mudanças, em alguns casos reviravoltas, de atitudes que prevaleceram entre os cristãos durante quase dois milênios. Elas apresentam profundos desafios teológicos para a autocompreensão dos cristãos.

Os judeus também são desafiados por esses ensinamentos cristãos inusitados. Na medida em que a autocompreensão dos judeus foi influenciada pelo Cristianismo, reformas significativas das atitudes cristãs afetam também inevitavelmente o pensamento judeu. Isto inclui o desenvolvimento de uma visão judaica positiva do Cristianismo como fé legítima e não idólatra.

Não é surpreendente que alguns membros de ambas as comunidades prefiram evitar ou marginalizar o diálogo. As questões de identidade essencial, que emergem de um diálogo substancial entre cristãos e judeus, são vistas como ameaçadoras ou redutoras de entendimentos anteriores. Contudo, o ICCJ acredita que o diálogo cristão-judaico deverá intensificar-se juntamente com a confiança e o respeito mútuos que fortalecem os participantes em suas respectivas identidades e práticas religiosas.

4. Lições aprendidas em décadas de diálogo

Desde a conferência de Seelisberg, o aprofundamento do encontro entre judeus e cristãos tem demonstrado que uma relação continuada pode produzir mudanças reais. Temos progredido das tímidas conversas iniciais em que tivemos primeiro de colocar de lado os nossos preconceitos e aprender sobre o “outro” através da sua própria autocompreensão. Agora estamos num patamar em que a empatia e a autocrítica honesta têm possibilitado discussões abertas sobre diferenças fundamentais e uma abordagem franca das discordâncias e dos conflitos que inevitavelmente surgem. O estudo crítico da religião e da história forneceu uma compreensão compartilhada muito mais clara da complexidade das questões históricas, bíblicas e teológicas que podem tanto unir como dividir cristãos e judeus. Entendemos que as relações entre judeus e cristãos não são um “problema” que será “resolvido”, e, sim, um processo contínuo de aprendi-

zado e aperfeiçoamento. Este processo não apenas possibilita que convivamos em paz, como também enriquece a nossa compreensão da nossa própria tradição e de nós mesmos como filhos de Deus e pessoas de religião.

Mesmo dentro da comunidade de diálogo, continuamos a perceber os mecanismos enraizados de pensamento e de medo que são obstáculos à verdadeira mutualidade. Temos aguda consciência de que partes dos mundos judeu e cristão permanecem intocadas pelo diálogo e são resistentes ou até contrárias a ele, o que significa que há ainda muito trabalho para fazer. Em alguns casos, avanços conseguidos através do diálogo foram ignorados ou revertidos. Isto aponta para a necessidade de desenvolvermos teologias que atravessem ambas as tradições e afirmem a autenticidade e a integridade religiosas permanentes do “outro”, judeu ou cristão.

Estamos aprendendo a apreciar melhor as diversas memórias e agendas que cristãos e judeus trazem para o diálogo. Estamos convencidos de que o diálogo autêntico não tem nunca a finalidade de persuadir o outro das próprias verdades, e, sim, almeja a mudança do próprio coração pela compreensão dos outros em suas convicções, até onde isso for possível. De fato, o diálogo inter-religioso no sentido pleno do termo é impossível se qualquer uma das partes cultivar o desejo de converter a outra. É também a experiência geral tanto dos cristãos como dos judeus que o diálogo inter-religioso leva a uma compreensão mais profunda da própria tradição religiosa.

Boa parte do diálogo tem ocorrido em locais onde judeus e cristãos vivem em proximidade geográfica. É importante erradicar os estereótipos e promover entendimentos corretos das tradições de uns e de outros entre aqueles que possam morar à grande distância da outra comunidade ou carecer de qualquer contato com ela. Temos compromisso com a convicção de que o exemplo do diálogo entre judeus e cristãos pode ser uma inspiração e um modelo para outros grupos religiosos em conflito.

Em anos recentes, tanto judeus como cristãos têm compreendido a necessidade urgente de construir um diálogo com os muçulmanos. Esta realização traz consigo a tentação de considerar que o trabalho das relações judeu-cristãs esteja terminado e podemos agora dirigir as nossas atenções aos nossos irmãos e às nossas irmãs muçulmanas. Mas, embora o diálogo com o Islã responda a uma necessidade urgente, seria um equívoco abandonar o esforço judeu-cristão, porque este pode ser útil como modelo e porque o trabalho ainda não terminou. Ignorar o Islã também seria um erro, tanto pelo tamanho e pela importância geopolítica da comunidade muçulmana, como pela existência nas três tradições de asserções religiosas convergentes e divergentes. Para envolver o Islã no diálogo inter-religioso não basta simplesmente trazer mais uma cadeira para a mesa; se por um lado aprendemos lições importantes na conversa entre judeus e cristãos, por outro lado a troca com o Islã deverá desenvolver metodologias próprias que reflitam as dinâmicas distintas que devem emergir em encontros tanto bilaterais como trilaterais.

Como judeus e como cristãos, chegamos a compreender com profundidade cada vez maior que o significado duradouro do nosso diálogo virá de algo mais que a promoção da tolerância e do entendimento mútuo, por mais louváveis que sejam esses objetivos. O nosso diálogo precisa também permitir-nos, como pessoas de religião, que trabalhem juntos para enfrentarmos os desafios do mundo de hoje, em especial – talvez, principalmente o cuidado responsável pelo meio ambiente e a proteção da vida e das liberdades humanas.

5. O diálogo cristão-judaico e o Estado de Israel

A fundação do Estado de Israel teve um impacto profundo na autocompreensão judaica contemporânea e, por extensão, no diálogo entre cristãos e judeus. Por diversos motivos, as conversas sobre o Estado de Israel e o Oriente Médio tendem a ser difíceis e contenciosas, mesmo havendo uma confiança mútua entre judeus e cristãos.

Em primeiro lugar, o entrelaçamento de fatores religiosos e políticos com a complexidade geopolítica e histórica da região e de seus conflitos não facilita o entendimento. Segundo, há uma gama de pontos de vista sobre o Estado de Israel no âmbito das comunidades judaica e cristã. Terceiro, as perspectivas de judeus e cristãos tendem a divergir fundamentalmente sobre a Terra (conceito distinto do de Estado) de Israel. Esta diferença está enraizada nas distintas evoluções dos dois grupos após sua separação, especialmente nas respostas que deram à destruição do Templo de Jerusalém

por parte dos romanos no ano 70 e à perda definitiva da autonomia política dos judeus após 135.

Os antigos rabinos designaram o lar judaico para substituir o Templo desaparecido, como *locus* central da celebração religiosa, enquanto os rituais sacrificiais do Templo foram substituídos pela oração e pelo estudo comunitário. Esta resposta criativa dos rabinos possibilitou que o Judaísmo e o povo judeu sobrevivessem sem pátria. Mas o apego à Terra de Israel manteve um lugar de honra na memória histórica dos judeus, encontrando expressão na cultura, na tradição e na liturgia rabínicas durante os séculos em que o Estado de Israel não existiu.

Novas interpretações e concepções sobre o Templo e a Terra também começaram a tomar corpo entre judeus e não-judeus nos primeiros séculos. Para o Cristianismo dos primórdios, o Jesus ressuscitado tornou-se o foco da adoração. A vitória de Jesus sobre a própria morte era vista como importante para toda a humanidade e não apenas restrita a uma localização geográfica específica. Esta visão universalista aliou-se posteriormente a uma polêmica que interpretava a perda da soberania nacional dos judeus como elemento de punição divina por sua recusa em aceitar Jesus Cristo.

Com o passar do tempo, os cristãos tiveram atitudes conflitantes sobre a Terra de Israel. Enquanto alguns se concentravam sobre a Jerusalém Celeste do além, outros promoviam peregrinações aos lugares por onde Jesus caminhou. Em séculos mais recentes, algumas vertentes de evangeliza-

ção cristã anteviram um retorno dos judeus à pátria ancestral como pré-condição para a volta de Jesus Cristo. Embora alguns cristãos não tenham visto nenhuma significação religiosa na fundação do Estado de Israel em 1948, muitos saudaram a criação do novo Estado como um refúgio para judeus oprimidos no mundo todo. Outros viram nisso o fim da noção de que os judeus eram um povo errante sem terra pela vontade de Deus e outros ainda vislumbraram o possível alvorecer do fim dos dias. Essa diversidade de perspectivas que interagem no âmbito cristão é um fator importante que entra em jogo quando os cristãos dialogam com os judeus sobre o Estado de Israel.

Entre os judeus, a ideia do restabelecimento de uma pátria nacional surgiu no século XIX através de um movimento denominado Sionismo, um dos muitos movimentos nacionalistas da época. O Sionismo era uma empreitada pluralista em que confluíam muitos pontos de vista variados: religiosos e seculares, liberais e conservadores, socialistas e capitalistas. Nem todos os sionistas eram judeus, nem todos os judeus eram sionistas. Contudo, a *Shoah* convenceu quase todos os judeus, incluindo aqueles que antes tinham permanecido indiferentes ou contrários, da necessidade de uma pátria judaica em que os judeus controlassem seu próprio destino. A fundação do Estado de Israel foi o projeto coletivo mais importante do povo judeu nos tempos modernos. A sua segurança constitui hoje uma prioridade para a grande maioria dos judeus em toda parte, que vinculam a sua sobrevivência como povo à sobrevivência da sua pátria nacional

de origem. Esta é uma convicção que muitos judeus trazem ao diálogo inter-religioso.

Reconhecer e respeitar esta ligação essencial dos judeus com Israel não significa que qualquer perspectiva religiosa específica – judaica, cristã ou muçulmana – possa ou deva resolver os conflitos políticos atuais. O surgimento do Estado de Israel como realidade política tem levado muitos cristãos ponderados a reavaliarem suas pressuposições teológicas sobre o exílio e o retorno do povo judeu, o Povo de Israel. Mas uma teologia renovada não fornece respostas para problemas **políticos** específicos. Ao mesmo tempo, reivindicações territoriais muçulmanas da terra da Palestina, ou de qualquer terra, baseadas na teologia islâmica, não podem constituir as únicas bases para soluções políticas, nem mais nem menos que reivindicações territoriais dos judeus baseadas em afirmações religiosas. Em outras palavras, as reivindicações territoriais e a estabilidade política não podem depender de interpretações discutidas de diversos textos sagrados ou teologias. Questões de legitimidade, fronteiras, direitos, cidadania, recompensas e segurança, somente podem ser resolvidas mediante o acordo de todas as partes interessadas, com base na lei internacional e com o suporte de medidas confiáveis de implementação.

Entre os problemas políticos e sociais mais urgentes está a situação catastrófica do povo palestino. As discussões sobre as diversas causas que contribuíram para esta situação não devem desviar a atenção da comunidade internacional,

inclusive Israel e seus vizinhos árabes, da necessidade urgente de lidar com o sofrimento e a reabilitação dos refugiados palestinos. Um reconhecimento concomitante pelos palestinos da autocompreensão de Israel é também urgentemente necessário para conseguir a paz e a estabilidade.

O Estado de Israel conseguiu muitas realizações e conquistas, mas também enfrenta muitos problemas e desafios na concretização de seus ideais declarados, inclusive a garantia de igualdade para todos seus cidadãos. Nisso, não difere de outras nações.

Quando judeus, cristãos e muçulmanos se envolvem no diálogo inter-religioso sobre essas questões, existe sempre um potencial para o surgimento do antissemitismo e da islamofobia, bem como para percepções e alegações hipersensíveis dessas duas calamidades. Os participantes do diálogo deveriam ter a liberdade de criticar o governo israelense e as suas políticas sem serem automaticamente acusados de antissemitismo ou de antissionismo, assim como deveriam ser livres para criticar as falhas dos líderes muçulmanos – seculares e religiosos – sem que por isso sejam acusados de abrigarem medos irracionais do Islã. Deve também ser possível criticar os líderes cristãos locais sem cair sob suspeita de ter motivações anticristãs.

Por outro lado, quando as críticas recaem exclusivamente sobre o Estado de Israel de acordo com padrões não exigidos ao lidar com outros países, quando Israel é denunciado por represálias militares sem que sejam também con-

denados os ataques que as provocaram, quando o Islã é tachado de religião de terroristas baseado em declarações e ações de extremistas radicais, quando é negado aos palestinos o reconhecimento como nacionalidade distinta, ou seja, sempre que estereótipos e embustes são invocados, é necessário reconhecer e confrontar a presença da intolerância étnica ou religiosa.

Os judeus podem esperar que seus parceiros de diálogo apoiem os direitos do Estado de Israel como nação, sem por isso terem a expectativa de que irão defender todas suas ações e políticas. Os muçulmanos podem esperar que seus parceiros de diálogo defendam os direitos e as necessidades dos palestinos sem por isso terem a expectativa de que irão apoiar todas suas reivindicações e ações ou ignorar suas falhas. Os cristãos podem esperar que seus parceiros de diálogo reconheçam a situação dos cristãos na região, que muitas vezes são minorias comprimidas entre maiorias religiosas em conflito, sem por isso terem a expectativa de que irão abandonar suas prioridades. E os cristãos devem também esperar que serão criticados se suas declarações tiverem propósitos antissemitas.

Acreditamos que os diálogos inter-religiosos não podem evitar questões difíceis se quiserem construir relações significativas e duradouras. Os diálogos inter-religiosos bilaterais e trilaterais podem contribuir para a paz eliminando as caricaturas e promovendo um autêntico entendimento mútuo. O diálogo inter-religioso pode também encorajar os

líderes políticos a buscarem o bem-estar de todos e não apenas o de seu próprio grupo religioso ou étnico.

O caminho pela frente

1. O mundo em mutação do século XXI

O mundo de hoje é um lugar de tumulto e de mudanças rápidas. Em quase setenta anos desde a deflagração da Segunda Guerra Mundial, cerca de 28 milhões de pessoas pereceram em guerras e outros conflitos. Cerca de 75 milhões de pessoas tornaram-se refugiados. Estes refugiados deslocados por guerras e perseguições e imigrantes que querem escapar da pobreza e da desesperança mudaram a demografia da Europa Ocidental e das Américas. Muitos se deparam com preconceito e discriminação em seus novos locais de moradia. Alguns trouxeram consigo ódios e preconceitos alimentados em outros conflitos e culturas. Populações que eram dominantes em um determinado lugar descobrem-se a ponto de se tornarem minoritárias. Tanto minorias em crescimento como majorias em declínio são tentadas a responder às mudanças demográficas adotando uma “mentalidade de sitiado” que reforça o dogmatismo religioso e as perspectivas fundamentalistas. Muitos que vivem nesses rearranjos populacionais têm enfrentado o problema das identidades múltiplas ao tentarem equilibrar fatores nacionais, étnicos, religiosos, de gênero e de idade em certos momentos. Nesses

ambientes, o diálogo inter-religioso é mais necessário e também mais difícil. Contudo, o diálogo faz as pessoas mais fortes para explorar suas experiências ao lidar com identidades concorrentes.

Temos uma consciência mais aguda dos conflitos gerados ao redor do mundo por um processo de globalização que, ao mesmo tempo, encolhe e amplia o nosso mundo. Amplia porque há cem anos, apesar de grandes ondas migratórias rumo ao Novo Mundo, a maioria das pessoas nascia, crescia e morria dentro de uma área geográfica limitada. Suas experiências do mundo eram limitadas pelo alcance dos trens e dos navios, algo que mudou com a difusão das viagens aéreas a partir de meados do século XX. Hoje, nenhum lugar do planeta está fora de alcance. Relatos da mídia suplementam as viagens físicas, mostrando países e culturas além da experiência da maioria das pessoas. Somos expostos à diversidade inexprimível da vida humana, e nossos horizontes ampliaram-se. O mundo parece maior.

As mesmas tecnologias que trazem cada esquina do globo para as telas da televisão e do computador estão também encolhendo o nosso mundo. A explosão de um vulcão, um *tsunami*, um ataque à bomba são divulgados no mundo inteiro em minutos, com repercussões globais. A promessa da comunicação instantânea – que uniria o mundo, facilitaria a compreensão e transporia as barreiras – muitas vezes tem azedado ao perceber-se que pode difundir a calúnia e promover o ódio. Ainda que a tecnologia seja uma ferramenta

preciosa para a comunicação, a informação e a pesquisa, seus canais de difusão podem estar infectados pela desinformação e pela difamação. Sites de ódio abundam na Internet, a calúnia prolifera em velocidade eletrônica, e uma pornografia descontrolada desumaniza e coisifica os seres humanos. Uma vez que nos opomos a qualquer preconceito baseado em raça, etnia e ideologia, tudo o que se funda em um desvio preconceituoso da religião e no fundamentalismo deve preocupar-nos ainda mais por nosso comprometimento religioso como indivíduos e como organizações.

As rápidas mudanças nas populações, nas tecnologias e nas sociedades que caracterizam a civilização atual desafiam cristãos e judeus, como todas as pessoas, e apresentam novas inseguranças. Há, portanto, uma necessidade sem precedente de diálogo, compreensão e cooperação entre as religiões, capazes de manter-se em sintonia com um mundo em transformação e ajudando-nos a enfrentar juntos seus desafios.

2. O ICCJ e o futuro

Nós, o *International Council of Christians and Jews*, reunidos para comemorar a promulgação dos Dez Pontos de Seelisberg, temos refletido sobre as últimas seis décadas, bem como sobre os desafios específicos do século XXI. Neste momento da história do nosso mundo e das nossas respectivas tradições religiosas, estamos mais comprometidos do que nunca com o trabalho de construir o entendimento e a soli-

dariedade entre judeus e cristãos. Ficou claro para nós que as realidades emergentes do século XXI requerem uma reavaliação das nossas relações inter-religiosas e novas prioridades para o futuro. Essa percepção é o impulso para este documento.

Convidamos judeus e cristãos de toda parte a unirem-se a nós na busca dos objetivos que nos propomos, objetivos cuja origem está na nossa convicção comum de que Deus quer que nós – exatamente por sermos judeus e cristãos – preparemos o mundo para o Reino de Deus, o Tempo Vindouro da justiça e da paz de Deus. Estimulamos todas as mulheres e todos os homens que compartilham desses ideais a colaborar na promoção da solidariedade, da compreensão e da prosperidade humanas. Convidamos todos a caminhar conosco enquanto juntos prosseguimos na construção de uma nova relação entre judeus e cristãos e entre todos os povos.